

FHC Discurso
004
Reportagem 0020FHC Discurso
004
Reportagem 0021FHC Discurso
004
Reportagem 0022

O PAÍS

FH anuncia pacto de moralidade

Presidente lança código de ética do servidor e pacote de controle de gastos

Roberto Stuckert Filho

Ana Paula Macedo, Cristiane Jungblut e
Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso editou ontem o Código de Conduta da Alta Administração Federal, que estabelece um pacto de moralidade entre ele e as altas autoridades do Governo. O código cria a quarentena para quem deixar o Governo: nos quatro meses seguintes à exoneração, o ex-funcionário não poderá aceitar cargos ou estabelecer vínculos com entidades privadas com as quais tenha tido relacionamento oficial nos últimos seis meses de exercício do cargo. Divergências públicas entre integrantes do Governo não serão toleradas. Nenhuma autoridade poderá fazer comentários sobre a honra ou o desempenho funcional de outra autoridade. O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, já descumpriu o novo código ao criticar ontem a exclusão de obras com suspeita de irregularidade do Orçamento da União.

— Esse modelo é pouco inteligente — disse.

O presidente também anunciou um pacote de medidas moralizadoras que prevê a reformulação total do Tribunal de Contas da União (TCU), restringindo indicações políticas, acabando com Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs) e fixando prazo de 60 dias para apuração de denúncias de irregularidades.

As normas mais rigorosas do Código de Conduta afetarão cerca de 400 integrantes do Governo. Estão sujeitos ao código ministros, secretários de Estado, secretários executivos e ocupantes de outros cargos de confiança. Também presidentes e diretores de agências, autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista terão que assumir o compromisso de conduta.

Para que a quarentena não seja apenas uma medida de efeito moral, o Governo vai mandar ao Congresso projeto de lei tornando o período de afastamento obrigatório e prevenindo pagamento de um salário aos que cumpriram a quarentena.

Desobedecer ao código pode custar o cargo

• Entre os principais tópicos do código estão a proibição de receber presentes no valor acima de R\$ 100, de aceitar transporte e hospedagem de particulares e a obrigatoriedade de informar mudanças relevantes de patrimônio e transferência de bens. Quem desobedecer ao código estará sujeito a advertências e até à perda do cargo. Nos casos dos que já tiverem saído do Governo, caberá censura ética.

No esforço para controlar os gastos públicos, o Governo criará um portal na Internet chamado Brasil Transparente, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso a dados sobre as despesas públicas, seja com compras, obras ou serviços contratados. O presidente afirmou que é preciso haver um choque de transparência na administração do dinheiro público e anunciou que será suspenso o repasse de recursos para obras suspeitas.

— Obra suspeita, verba suspensa — avisou.

A maior parte das medidas anunciadas ontem depende da aprovação de propostas de emenda à Constituição e projetos de lei complementar. Mas elas passarão por uma consulta pública até 31 de outubro. Além de defender a informatização de toda a Justiça e as reformas do Judiciário e política, o presidente criticou a atuação do Ministério Público e da oposição no caso do TRT-SP. Ele chamou de vilania política as denúncias de envolvimento do Executivo nas irregularidades da obra:

— Adversários do Governo cultivam a arte da insinuação. Costuma-se dizer que a calúnia é a arma dos covardes. Essa espécie de conduta pode ser tudo, menos democrática.

Fernando Henrique condenou a imprensa do Ministério Público de divulgar denúncias que estão ainda sob investigação:

— Posso entender que promotores de Justiça, com a impaciência da juventude, queiram trocar os tribunais da Justiça pelo tribunal popular da mídia. Posso entender, mas não posso aceitar.

Para o presidente, há falhas grosseiras no atual sistema de controle de gastos.

— Não é preciso esperar a conclusão das investigações (sobre o TRT-SP) para reconhecer que existe uma espécie de cegueira institucional, que é um convite ao desperdício e à fraude com dinheiro público. Os cadeados são colocados depois da porta arrombada. O prédio inacabado do TRT de São Paulo virou símbolo de uma crise que põe em questão o funcionamento das nossas instituições republicanas — disse Fernando Henrique.

Para ele, convive-se com uma corrupção cada vez mais ousada:

— Esses projetos abrem caminho para um verdadeiro choque de transparência na administração do dinheiro público.



O PRESIDENTE ANUNCIA as medidas: "Esses projetos abrem caminho para um verdadeiro choque de transparência na administração do dinheiro público"

► NO GLOBO ON:

Íntegra do pronunciamento de FH
www.oglobo.com.br/pais/fhdiscurso.htm